CAMARGO CORRÊA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 08.730.548/0001-07

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.

São Paulo, 09 de abril de 2014

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de Dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	2013	2012
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.073	5.262
Títulos e valores mobiliários	4	1.159	2.369
Contas a receber de clientes		24	161
Impostos a recuperar	6	174	150
Outros créditos		–	4
Total do ativo circulante		8.430	7.946
Não Circulante			
Partes relacionadas	5	654	654
Imobilizado	7	1.807	1.725
Total do ativo não circulante		2.461	2.379
Total do Ativo		**10.891**	**10.325**

Passivo	Nota Explicativa	2013	2012
Circulante			
Partes relacionadas	5	8	–
Impostos e contribuições a recolher		12	9
Outras obrigações		155	5
Total do passivo circulante		176	14
Não Circulante			
Partes relacionadas	5	–	200
Outras obrigações		305	1.121
Total do passivo não circulante		305	1.321
Patrimônio Líquido			
Capital social	8	38.527	38.327
Ajuste avaliação patrimonial		(2.143)	(2.143)
Prejuízo acumulado		(25.974)	(27.194)
Total do patrimônio líquido		10.410	8.990
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**10.891**	**10.325**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		38.327	(2.143)	(26.396)	9.788
Prejuízo do exercício		–	–	(798)	(798)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		38.327	(2.143)	(27.194)	8.990
Aumento de capital	8	200	–	–	200
Lucro do exercício		–	–	1.220	1.220
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		38.527	(2.143)	(25.974)	10.410

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Camargo Corrêa Geração de Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo, Brasil, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3600. Foi constituída em 12 de março de 2007 e tem como objeto social: (a) realização de pesquisas, estudos e projetos relacionados à implantação e ao desenvolvimento de empreendimentos destinados à geração e transmissão de energia; (b) operação e exploração de tais empreendimentos; (c) participação em outras sociedades e/ou consórcios, na qualidade de sócia, cotista, acionista ou consorciada e (d) administração de bens e negócios próprios e de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, as operações da Companhia são representadas substancialmente pela sua participação no consórcio a seguir relacionado:

a) Consórcio Gerador de Santa Isabel ("GESAI") - tem como objetivo social a exploração do potencial de energia elétrica localizada no Araguaia, na divisa entre os Estados de Tocantins e Pará. Em 19 de agosto de 2008, a Companhia recebeu, em transferência, a cota-parte detida pela Camargo Corrêa S.A. na concessão para exploração desse potencial, conforme Resolução Autorizativa nº 1.512, de 19 de agosto de 2008, adquirindo, dessa forma, participação de 5,55% no GESAI. Em decorrência dessa transferência, a Companhia pagou à antiga acionista o valor de R$86.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados ativos e passivos mensurados por seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é registrado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2. Tributação

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros propiciarão a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado ao montante que se estima recuperar.

Impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

2.3. Imobilizado

Registrado ao custo de Aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, por categoria de bem, às taxas anuais que representam a vida útil-econômica estimada desses bens.

2.4. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

2.5. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (a) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; (b) investimentos mantidos até o vencimento; (c) empréstimos e recebíveis; e (d) ativos financeiros "disponíveis para venda". A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação, ou seja, se:

• for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou

• no reconhecimento inicial, é parte de carteira de instrumentos financeiros que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou

• for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo.

(b) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento.

(c) Empréstimos e recebíveis

Contas a receber, empréstimos e outros recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo são classificados como "empréstimos e recebíveis".

Os investimentos mantidos até vencimento e os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como: (a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; ou (b) outros passivos financeiros.

(a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, financiamentos e debêntures, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

2.6. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas da Companhia, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e as premissas que as suportam são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2013	2012
Caixa e bancos	150	31
Renda fixa (Certificado de Depósito Bancário - CDBs)	316	214
Fundos Exclusivos:		
Notas do Tesouro Nacional - NTNs	2.346	2.116
Letras Financeira do Tesouro - LFTs	1.274	–
Letras do Tesouro Nacional - LTNs	297	–
CDBs	163	446
Fundos renda fixa	2.465	2.455
Letra financeira	61	–
Total	7.073	5.262

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2013	2012
Fundos Exclusivos:		
Notas do Tesouro Nacional - NTN	–	57
Letras Financeira do Tesouro - LFT	1.067	1.013
Letra do Tesouro Nacional - LTN	–	66
Debêntures	88	195
Letra financeira	–	1.037
Outros	4	–
Total	1.159	2.369

5. PARTES RELACIONADAS

	2013	2012
Ativo não circulante:		
Arrossensal Agropecuária e Industrial S.A. (a)	654	654
Passivo circulante:		
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	8	–
Passivo não circulante:		
Camargo Corrêa S.A. (b)	–	200

(a) Contas a receber provenientes do acervo líquido incorporado pela Companhia, decorrentes de cisão parcial de determinados ativos e passivos da Arrossensal.

(b) Adiantamento para futuro aumento de capital.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2013	2012
Imposto de renda a recuperar	167	122
Contribuição social a recuperar	–	21
Imposto a recuperar Consórcio	–	1
PIS e COFINS a recuperar	7	6
	174	150

7. IMOBILIZADO

	2013			2012		
	Custo	Depreciação acumulada	Custo residual	Custo	Depreciação acumulada	Custo residual
Imobilizado em andamento	1.801	–	1.801	1.718	–	1.718
Outros	6	–	6	6	–	6
Total	1.807	–	1.807	1.725	–	1.725

Durante o ano de 2013, a Companhia aumentou seu imobilizado em andamento em R$83 (R$163 em 2012).

8. CAPITAL SOCIAL, DIVIDENDOS E RESERVAS

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social é de R$38.527 (R$38.327 em 31 de dezembro de 2012) e está representado por 38.527.488 ações ordinárias nominativas sem valor nominal (38.327.488 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2012).

Em Assembleia realizada em 30 de abril de 2013, os acionistas deliberaram pelo aumento do capital social da Sociedade no valor de R$200, mediante a emissão de 200.000 novas ações ordinárias sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, pela controladora Camargo Corrêa S.A..

Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios calculados à razão de 25% do lucro líquido, ajustado em conformidade com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social são compostos como segue:

	2013	2012	2011
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	1.318	(791)	(9.772)
Alíquota	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas nominais	(449)	269	3.322
Ajustes para apuração do imposto de renda e contribuição social efetivos:			
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	24	(733)	(170)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	–	4	–
IR e CS diferidos não constituídos	326	453	(580)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(98)	(7)	2.825

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia possuía saldos de prejuízos fiscais e de base negativa de R$15.946, os quais não foram constituídos tributos diferidos uma vez que Companhia não apresentou lucro tributável nos últimos exercícios sociais.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2013	2012
Receitas (Despesas) Operacionais			
Gerais e administrativas	10	(94)	(1.966)
Outras receitas (despesas) operacionais		867	737
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro		773	(1.229)
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	11	634	630
Despesas financeiras	11	(88)	(192)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		1.318	(791)
Imposto de renda e contribuição social	9	(98)	(7)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício		1.220	(798)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013
(Em milhares de reais)

	2013	2012
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido antes do impostos de renda e contribuição social	1.318	(798)
Ajustes para conciliar o lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Juros sobre títulos e valores mobiliários	62	–
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	137	930
Impostos a recuperar	63	(60)
Partes relacionadas	–	134
Outros créditos	4	12
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Partes relacionadas	8	–
Impostos e obrigações a pagar	(8)	(22)
Outras obrigações	(666)	(1.197)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais, antes dos impostos e juros pagos	919	(1.001)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(87)	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	832	(1.001)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de imobilizado - consórcio	(82)	(163)
Aplicações em títulos e valores mobiliários	1.148	3.587
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	1.066	3.424
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.811	2.423
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.262	2.839
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.073	5.262
	1.811	2.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Avaliação dos impactos da Medida Provisória nº 627

Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 ("MP 627/13") que, entre outras matérias: (i) revoga o Regime Tributário de Transição - RTT, disciplinando a incidência de tributos sobre os ajustes decorrentes da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais (IFRSs); e (ii) dispõe sobre a tributação de residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas. A Companhia analisou os potenciais efeitos da MP 627/13 e aguarda a sua conversão em lei para conclusão dos impactos, visto que à luz da atual redação da MP 627/13, em análise inicial estes não são relevantes.

10. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	2013	2012
Serviços de terceiros	(86)	(52)
Outros	(9)	(1.915)
Total de despesas gerais e administrativas	(94)	(1.966)

11. RESULTADO FINANCEIRO

	2013	2012
Despesas financeiras:		
Variação monetária	(88)	(51)
Encargos financeiros	–	(115)
Outros	–	(26)
Total de despesas financeiras	(88)	(192)
Receitas financeiras:		
Rendimentos financeiros	178	627
Juros sobre impostos e contribuições	446	3
Variação monetária	10	–
Total de receitas financeiras	634	630
Resultado financeiro	546	438

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio da definição de políticas, de estratégias e do estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Operações com instrumentos financeiros

a) Exposição a riscos de taxas de juros

As taxas de juros nas aplicações financeiras são na sua maioria vinculadas à variação do CDI e SELIC, demonstradas a seguir:

	2013	2012
Ativo:		
CDI	6.808	6.587
SELIC	1.274	1.013
Ativo exposto	8.082	7.600

b) Categorias de instrumentos financeiros

	2013	2012
Ativos financeiros:		
Mensurados ao custo amortizado:		
Empréstimos e recebíveis:		
Equivalentes de caixa	150	31
Contas a receber	24	161
Mensurados ao valor justo:		
Mantidos para negociação:		
Equivalentes de caixa	6.922	5.231
Títulos e valores mobiliários	1.159	2.368
Passivos financeiros:		
Mensurados ao custo amortizado:		
Outras obrigações	155	5

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2013, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, ativos relevantes e expostos a variações do CDI e SELIC é conforme segue:

Operação	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Exposição a índices variáveis:				
Ativo:				
CDI	Decréscimo do Índice	715	536	357
SELIC	Decréscimo do Índice	136	102	68

O cenário 1 é considerado pela Administração como o que melhor reflete suas expectativas, sendo determinado com base em projeções disponibilizadas no mercado financeiro para cálculo dos valores futuros das operações mencionadas, tendo em conta até 12 meses de vencimento. O cenário 2 considera uma valorização ou desvalorização dos índices, em relação ao cenário 1, de 25% e o cenário 3, de 50%, em relação ao cenário 1.

13. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de janeiro de 2014, foi publicado no Diário Oficial da União ("DOU") o Termo de Rescisão do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público para a Geração de Energia Elétrica nº 22/2002 - ANEEL - AHE Santa Isabel.

14. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 09 de abril de 2014, foi autorizado pelo Conselho de Administração a conclusão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovada para divulgação.

A DIRETORIA

NELSON NÓBREGA DA COSTA - Contador CRC 1SP 202165/O-9